
As transformações do fazer etnográfico no mundo digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violência sexual nas universidades paulistas

The transformations of the ethnographic practice in the digital world: a discussion through the media narratives on social violence in universities of São Paulo

Felipe Paes Piva

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/7530>

DOI: 10.4000/pontourbe.7530

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Refêrencia eletrónica

Felipe Paes Piva, « As transformações do fazer etnográfico no mundo digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violência sexual nas universidades paulistas », *Ponto Urbe* [Online], 25 | 2019, posto online no dia 25 dezembro 2019, consultado o 31 julho 2020. URL : <http://journals.openedition.org/pontourbe/7530> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/pontourbe.7530>

Este documento foi criado de forma automática no dia 31 julho 2020.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

As transformações do fazer etnográfico no mundo digital: uma discussão a partir de narrativas midiáticas sobre violência sexual nas universidades paulistas¹

The transformations of the ethnographic practice in the digital world: a discussion through the media narratives on social violence in universities of São Paulo

Felipe Paes Piva

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 20/04/2019

Aceitação / Accepted 22/08/2019

Introdução

- 1 Este relato etnográfico tem como base a pesquisa de iniciação científica, que finalizei em 2018. Proponho entender como os atuais processos de disputa política, em torno da significação de categorias de violência sexual e de gênero, têm sido apropriados e representados pela mídia hegemônica brasileira².
- 2 Para isso, é analisada a construção da narrativa midiática dos casos de agressão sexual nas faculdades paulistas, que foram alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 2014. A repercussão midiática desses casos promoveu a nomeação pública de certas práticas como estupro, abuso e violência

sexuais, práticas que, até pouco tempo atrás, não eram necessariamente significadas desta forma. Tal processo pode ser visto como resultante da ação política dos movimentos sociais, que visam gerar a transformação das definições de significação da violência sexual socialmente aceitas para que se incorpore uma polissemia de definições sobre violência sexual.

- 3 Minhas primeiras tentativas de realizar e dar sentido à minha entrada em campo, com acesso aos portais online da imprensa hegemônica, foram marcadas por muitos questionamentos e frustrações. Miller e Slater (2008) me ajudaram a entender que o meio online não é simplesmente um fenômeno que o contexto off-line pode explicar diretamente. Pelo contrário, os dois contextos se imbricam em relações complexas de implicações mútuas. Devem ser tomados como variantes que não seguem um contexto estável e previamente definido. No mesmo sentido, Magnani (2009) descreve a totalidade como resultante dos contextos das experiências etnográficas, que podem se transformar em chave e condição de inteligibilidade para a compreensão dessas relações. Assim, não há uma totalidade previamente estabelecida, postula-se uma dinâmica e maleável a ser tecida a partir da experiência dos atores e das hipóteses de trabalho e escolhas teóricas. Em suma, para se captar essa dinâmica é preciso identificar, observar, descrever e analisar as relações, os trânsitos e as trocas que se estabelecem entre seus diferentes polos de aglutinação
- 4 A partir desses pressupostos, empreguei a estratégia metodológica de Hine (2000): tomar a internet como texto produzido em contextos culturais específicos, que podem ser acessíveis ao pesquisador mesmo após um longo tempo de sua produção. Fiz junção disso com a estratégia textual de Geertz (2015), na qual a cultura de um determinado segmento social pode ser entendida como conjunto de textos, nos quais o antropólogo busca compreensão das interpretações que se apresentam, por intermédio dos discursos de seus interlocutores.
- 5 Entender esse conjunto de textos exigiu estratégias específicas, por isso, procurei aplicar métodos de trabalhos de campo em arquivos. Entre arquivos físicos e virtuais, lida-se basicamente com textos, sendo que esses representam um sistema de enunciados, verdades parciais, interpretações históricas e culturalmente constituídas, que estão permanentemente sujeitas a novas leitura e interpretações (Cunha 2014).
- 6 Quanto aos desenvolvimentos metodológicos práticos, o levantamento de fontes se deu pela estratégia de acompanhar o fluxo referencial das notícias, partindo daquelas que marcam o início da publicização. Os jornais selecionados empregam artifícios referenciais dentro e fora do corpo da notícia e isso estabelece relações entre seus conteúdos. A partir disso, fui seguindo os fluxos estabelecidos para realizar a reconstrução da narrativa midiática. Não procurei dar conta de todas as notícias que pudessem ter sido veiculadas neste período, pois achei mais produtivo focar em quatro jornais: Estadão, Folha de S. Paulo, G1 e HuffPost. Essa escolha se deu por um levantamento prévio, que demonstrou que tais jornais tiveram as maiores e mais diversas perspectivas na representação dos casos, o que garantiu a delimitação de um horizonte possível de análise.
- 7 O registro das notícias passa por diferentes etapas de seleção. Construí uma tabela qualitativa, que adquiriu a função de um quadro sinóptico, por agregar tanto o registro de informações mais gerais das notícias, quanto um mais detalhado, resultante da análise conjunta dos dados. O artigo tem como centro a análise inicial destes primeiros dados, que apresento nos próximos itens.

Categorias de violência sexual: uma análise inicial

- 8 As violências de gênero e sexuais foram trazidas ao conhecimento público por meio das narrativas midiáticas, o que implica uma série de especificidades próprias da construção do discurso midiático. As práticas e as redes de produção das estruturas midiáticas constroem suas mensagens segundo referenciais estabelecidos em sua própria estrutura. Para que se possa entender como a pluralidade dessas narrativas reverberaram nas diversas esferas, o modelo de codificação/decodificação, proposto por Stuart Hall (2006), permite que as transformações que o discurso midiático sofre durante o seu processo comunicativo possam ser acessadas.
- 9 As estruturas midiáticas, segundo o autor, são um complexo de produções diversificadas e plurais de mensagens. Contudo, para que esses discursos venham a se tornar significativos são necessários que sejam codificados de acordo com referenciais hegemônicos, que estão disseminados na comunicação social. É na estrutura destes referenciais que os discursos midiáticos dispõem as diferentes esferas, numa hierarquia de “sentidos preferenciais”, em segmentos de legitimações, restrições e sanções de ordem performativas. Tal lógica busca reforçar um determinado conjunto de sentidos, tido como apropriado, enquanto pretere a legitimidade de outros. Nesta operação, os “sentidos preferenciais” são naturalizados, adquirindo um caráter habitual que demonstra a quase universalidade de seus códigos em uso. É através deste enquadramento que o seu conteúdo pode ser entendido pelos indivíduos, que estão situados no outro extremo dessas redes informacionais.
- 10 Entretanto, os sentidos dominantes não se estabelecem em processos de mão única. São tentativas performativas de estabelecer uma padronização dos conjuntos legítimos de significantes, no intuito de que haja uma maior coerência entre o sentido pretendido na codificação e o sentido que se estabelece no processo de decodificação. Com isso, o sentido pretendido da mensagem pode assumir sentidos que estão além de sua pretensão. A mensagem codificada, ao longo deste processo, passará por processos heterogêneos de significação que, conseqüentemente, podem tanto convergir quanto divergir da dos significantes hegemônicos.
- 11 No dia 11 novembro de 2014, a Alesp publicou uma nota, em seu site oficial, relatando que três vítimas de violência sexual haviam prestado depoimento, no qual narraram as agressões sofridas em festas organizadas pela Atlética da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Também alegavam a pressão a que foram submetidas para não “manchar a imagem da instituição [FMUSP]”³. Em questão de horas, as denúncias eram escrutinadas em diversos veículos da mídia hegemônica brasileira: “Alunas denunciam estupro em festas da Medicina da USP”⁴, “Violência sexual, castigos físicos e preconceito na Faculdade de Medicina da USP”⁵, “Vítimas de estupro em festas da USP denunciam abusos à Alesp”⁶, “Alunas denunciam estupro em festas da Faculdade de Medicina da USP”⁷, “Promotora diz que oito estupro ocorreram na Faculdade de Medicina da USP; instituição anuncia centro de direitos humanos”⁸, “Em audiência pública, alunas relatam casos de abuso sexual em festas de estudantes de medicina da USP”⁹, “Recepção de calouros na USP, Show Medicina envolve prostituição e sexo coletivo”¹⁰. Este foi o marco inicial da publicização do que viria a se tornar a CPI das Violações dos Direitos Humanos nas Faculdades Paulistas, processo no qual os

deputados paulistas realizaram uma “devassa” contra formas de desrespeito aos direitos humanos em universidades públicas e privadas de SP¹¹.

- 12 Um dia após a audiência pública, diretores da FMUSP se reuniram para discutir as denúncias de violência sexual contra mulheres e abusos contra estudantes negros e negras e homossexuais dentro da faculdade. Segundo a ouvidoria da instituição, não havia queixa sobre nenhum dos dois casos de estupro, “a ouvidoria não foi procurada nos casos que, agora, vieram à luz por meio da imprensa e, embora soubéssemos de sua existência, não pudemos agir”, “fomos procurados, entretanto, por dois estudantes que denunciaram estar sendo vítimas de acusação falsa e pública de violência sexual, que não teriam cometido.”¹²
- 13 Os efeitos começaram no mesmo dia, com o pedido de afastamento de Paulo Saldiva, renomado professor titular da FMUSP e presidente da Comissão de Direitos Humanos da unidade. Formada por professores, alunos e funcionários, de junho a outubro de 2014, a Comissão apurou os casos de abusos praticados dentro da faculdade. Saldiva teria tomado a decisão após presenciar os depoimentos na Alesp. Para ele, “foi a gota d'água”. Teria ficado surpreso, pois os fatos narrados eram absolutamente desconhecidos. “Eu conhecia um lado (da FMUSP) que era muito mais prazeroso. Alunos brilhantes, atividade de cursinho para gente carente, atividades especiais na periferia com vários alunos”. Seu sentimento, como professor, era de que ele teria sido incapaz de detectar os ocorridos. Afirmou que a falta de uma ação construtiva e pró-ativa do corpo docente fez com que os alunos fossem submetidos a situações inaceitáveis.
- 14 O evento descrito acima se apresenta de forma complementar nas matérias do G1¹³ e do Estadão¹⁴. Todavia, a Folha¹⁵ apresenta uma perspectiva contrastiva dos posicionamentos de Saldiva. Nela, ele afirma que “a faculdade nunca fez nada” e também “se comportou mal. Houve demora da congregação, ficaram na defensiva. Há uma crise de conduta, de valores. Cansei de engolir sapo”, “chega de intenção. É preciso prática”. Além disso, alerta que “há mais denúncias de abuso de álcool e de drogas, de assédio moral, de intolerância religiosa e étnica”. O texto também implica que existem outras causas que teriam motivado sua saída, como o desejo de parcerias com outras universidades, coisa que o regime de exclusividade da USP não deixaria ocorrer.
- 15 Essa contraposição é um demonstrativo de que a mídia hegemônica não produz necessariamente um discurso homogêneo. Ao contrário, como aponta Ramos (2010), a diversidade e a competição associada à produção de verdade, como um valor que legitima o trabalho jornalístico, produz uma relativa autonomia destes diante das definições oriundas da direção de outros jornais. Este mundo dos jornalistas, nos termos de Bourdieu (1997), é um mundo segmentado em conflitos, concorrências, hostilidades, no qual a produção é coletiva, de conjuntos de redações que são englobadas num conjunto geral de jornalistas. Este mundo é um microcosmo que tem leis próprias e que é definido por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsões que sofre da parte dos outros microcosmos. Dizer que ele é autônomo, que tem sua própria lei, significa dizer que o que nele se passa não pode ser compreendido de maneira direta a partir de fatores externos. Desse modo, gostaria de destacar que as relações de oposição, completariedade e ressonância tiveram um papel fundamental na construção narrativa em torno dos casos.
- 16 O que procuro, nesta apresentação, não é uma totalidade dessas conexões, mas um conjunto provisório gerado pelo adensamento de determinadas relações, conforme elas circulam, de embates e de informações críticas à compreensão e à intervenção social.

Desse modo, duas perspectivas, que são cristalizadas e contestadas nos textos jornalísticos, me servem de referência para análise. A primeira perspectiva é representação do corpo institucional. Nela, afirma-se que mecanismos de apuração dos casos já estariam em execução há um certo tempo. A segunda representa os diversos setores da sociedade mobilizados que, em sua pluralidade de opiniões, contestam a primeira perspectiva. Não são blocos estritamente homogêneos, mas servem analiticamente como denominadores comuns mínimos entre perspectivas.

- 17 Quanto à primeira perspectiva, os primeiros posicionamentos oficiais são feitos por José Otávio Costa Auler Junior, diretor da FMUSP, e são dirigidos estritamente à imprensa. Afirma que "casos de abuso são exceções dentro da faculdade", porém "eventuais violações aos direitos humanos não são toleradas"¹⁶, a instituição está aberta a "receber cada uma das vítimas e apoiá-las". Ao contrário do que havia sido dito, "proteger as vítimas seria a prioridade, pois, "se alguma coisa mancha a imagem da instituição é que casos de violência ocorram no câmpus". Reitera que "todos os casos que chegaram ao nosso conhecimento foram objeto de apuração [...]. Mas ficamos impossibilitados de apurar casos que não chegaram a nós por nenhum dos mecanismos existentes"¹⁷. "As vítimas de estupro devem ter a hombridade e honestidade de comunicar pessoalmente o caso à direção"¹⁸. A condução da crise ficou a cargo da direção da FMUSP. A reitoria disse respeitar a autonomia da unidade e evitou se manifestar sobre o caso.
- 18 Na reunião da Congregação, foi apresentado o relatório feito pela comissão nomeada para avaliar a série de denúncias de violação de direitos humanos, na FMUSP, durante cinco meses de apuração. Constatou-se que a violência sexual ocorria de forma repetida na unidade. O abuso moral seria prática constante, e o consumo excessivo de drogas lícitas, ilícitas e de prescrição é rotineiro. A avaliação geral era que "o retrato do que se passa dentro da faculdade não é nada abonador para a instituição". Para Milton Martins, presidente da comissão, "saber que uma aluna foi estuprada em uma festa e ela não se sentiu acolhida pela nossa instituição é uma coisa que chama a nossa responsabilidade, com certeza"¹⁹.
- 19 Como resultado da Congregação, aprovou-se o Núcleo de Direitos Humanos, como órgão independente da instituição²⁰, descrito como uma "medida pioneira que irá garantir acolhimento às vítimas, com assistência jurídica, psicológica e de saúde"²¹, e proíbe-se o consumo de álcool e festas na universidade até que fosse pensado um modelo consciente de consumo²². A formação do centro teria como objetivo fundamental fazer com que "as denúncias tenham registro e devido encaminhamento multidisciplinar. Qualquer informação deve ser registrada, catalogada e devidamente encaminhada, justificando-se cada arquivamento". O órgão seria composto por um núcleo de acolhimento e uma ouvidoria. O acolhimento contará com pelo menos sete funcionários para receber denúncias e prestar assistência a estudantes vítimas de violação de direitos. Tem como enfoque garantir o sigilo àqueles que não quiserem se expor ao formular denúncias. Já a ouvidoria deverá ser mista, com integrantes da faculdade e membros de fora, o que deveria "garantir isenção e imparcialidade". O centro também terá duas outras funções: a promoção de palestras para estudantes e funcionários voltadas ao "fortalecimento dos direitos humanos", e atuar como "centro de conciliação" para a resolução de conflitos.²³
- 20 Começo o desenvolvimento da segunda perspectiva com a oposição de Felipe Scalisa, estudante da FMUSP, à proibição de festas no campus: "Todo mundo sabe que lá fora é pior"²⁴, "se proibir as festas, é provável que façam festas fora e que elas tenham os

mesmos problemas”. Um desses problemas pungentes foi constatado pela promotora Paula Figueiredo: os coquetéis servido nas festas eram preparados em barracas controladas pelos próprios alunos, o que seria uma forte ponto de fragilidade na segurança, “poderia ser algo mais profissional, porque, dessa forma, é possível que alguém misture algo nas bebidas”. Como já havia sido apontado pela professora Heloisa Buarque de Almeida, casos de estupro e violência sexual dentro da universidade são mais comuns em festas e trotes, “O que é muito comum é aquela situação da menina que bebe demais, está inconsciente, e os colegas mesmo abusam dela”. “Normalmente, a menina se sente culpada porque pensa: 'fui eu que bebi demais'. Ela sente vergonha e não conta”²⁵.

- 21 De certa forma, tais situações expressam processos de uma ficção reguladora de corpos, desejos e expectativas que formam uma certa linguagem moral, nos termos de Machado (1998), na qual se criam expectativas sociais e morais para que as mulheres não “deem” motivos para serem violentadas, e que sejam elas as reguladoras de uma possível incitação sexual masculina. O oposto se desenvolve nos papéis masculinos, sendo que a violação de corpos chega a ser uma prática afirmadora da virilidade, do que é esperado de um homem. E os diversos relatos de alunas reforçam a existência dessas ficções reguladoras²⁶:

“Eu perdi o controle e sabia que havia bebido demais. Eu estava com ele, apenas nos beijando. Lembro-me de falar repetidas vezes que eu não faria nada com ele [...]. Lembro-me até o momento em que ele conseguiu tirar a minha blusa e abrir o meu sutiã. Eu tentava colocar de volta, pois vi que havia pessoas vendo.”

“Eu gritava para que eles parassem. Um deles ficou muito bravo comigo, ele gritava pra eu parar de fazer aquilo porque ele sabia que eu tava querendo.”

“Alunos da própria faculdade cantavam que ‘estupro sim, o que é que tem? Se reclamar vou estuprar você também’.”

“Eles começaram a me beijar, a passar a mão nas minhas partes íntimas, nos meus seios, enfiaram a mão dentro na minha calça.”

“Não tenho memória mais do que aconteceu. Eu fui acordar no hospital em um atendimento do pronto-socorro.”

- 22 De Lauretis (1994), procurando compreender quais são as técnicas e estratégias empregadas na constituição dos indivíduos em relação ao gênero, demonstra que dentro deste conjunto há práticas e estratégias que levam a violência a tornar-se engendrada (*en-gendered*). Com isso, não se procura apenas os modos pelos quais as representações de gênero são construídas, mas como elas são subjetivamente absorvidas por cada um, as maneiras pelas quais cada pessoa é interpelada pelas representações e as maneiras pelas quais sua identificação é solicitada e estruturada numa representação específica. Tudo isso converge no que a autora denomina como “tecnologias de gênero”.
- 23 As “tecnologias de gênero” são os conjuntos complexos de efeitos, hábitos, disposições, associações e percepções que dão significações para as interações intersubjetivas. São as configurações hegemônicas dos efeitos significantes que atuam para cada indivíduo, através do contínuo engajamento dos indivíduos na realidade social, pois nela o sujeito torna-se múltiplo, marcado por uma série de distinções sociais, que constituem a inteligibilidade social hegemônica. O gênero seria um desses marcadores que levam a um posicionamento desigual de poder, que é situacional. Portanto, depende de como tais marcadores são socialmente acionados nas diversas interações intersubjetivas e como estabelecem formas de experiência, sendo que procura estabilidade mesmo que

os indivíduos estejam em relações de poder desiguais. Todavia, há brechas para que a norma possa ser desestabilizada e deslocada dentro de sua própria estrutura.

- 24 Da mesma maneira, Butler (2003 2004 2015) aponta que a norma opera através das práticas sociais, podendo ou não ser explícita. Todavia, quando opera como um princípio normatizador, ela usualmente permanece implícita, sendo difícil de ser lida, apenas inteligível por intermédio dos efeitos dramáticos que a produzem. Dessa forma, o gênero pode ser entendido como o aparato pelo qual a produção e a normatização do masculino e feminino se faz nas dimensões corporais, psíquicas e performativas. Entretanto, embora as normas de gênero e suas tecnologias procedam e ajam em nós, é precisamente porque algo inadvertido e inesperado pode acontecer que nós achamos formas de gênero que quebram com os padrões mecânicos de repetição, desviando-se, ressignificando, e algumas vezes enfatizando a quebra dessa cadeia citacional de normas de gênero.
- 25 O imaginário sobre a função social do espaço universitário, sobre os comportamentos e atitudes adequados nele, a segurança dos espaços e dos corpos, se expressa em argumentos, como os da promotora Paula de Figueiredo Silva que inquiriu “saber quais as matérias de humanísticas que existem no curso de medicina e como fazer uma ação humana desses alunos”, pois “a educação é inspirada nos princípios da liberdade tem que formar o cidadão. Ainda mais na faculdade de medicina que vai trabalhar a vida humana e tratar com pessoas doentes.”²⁷.
- 26 Concluo esta análise parcial com uma fala de Marco Antonio Zago, durante uma das audiências da CPI, que ilustra uma contraposição do argumento anterior:
- "Eu não tenho dúvida que devem existir estudantes de medicina que são criminosos, como existem que são de engenharia, como existem políticos que são criminosos, como existem banqueiros que são criminosos. Mas eu tenho a impressão que não seria saudável nós generalizarmos isto, eu tenho certeza que grande parte dos estudantes da Faculdade de Medicina de São Paulo, e eu conheço alguns, são pessoas absolutamente idôneas, saudáveis, e que vão trazer grande benefício à sociedade."²⁸
- 27 A noção contemporânea de vítima, segundo Sarti (2011), vincula-se precisamente às políticas de reparação. A noção de vítima configura, assim, uma maneira de dar inteligibilidade ao sofrimento de segmentos sociais específicos, que se produzem ou são produzidos como tal, conferindo legitimidade moral às suas reivindicações. A ação política desses segmentos apresenta uma crescente demanda por reconhecimento (Honneth 2003) dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos. Sendo o universo jurídico um campo de disputas, no qual perpassam diferentes interesses e relações de poder, é nele que tanto o sistema de direitos é constantemente atualizado e organizado institucionalmente (Rifiotis 2007), quanto distintos modos de articulação, de colisão ou de enfrentamento vão desenhar estilos de regulação moral. Em seu caráter heterogêneo e instável, vão articulando, em cada momento histórico, concepções, valores e técnicas de intervenção legitimadas (Carrara 2015).
- 28 No contexto aqui estudado, a primeira perspectiva tendeu a contínuas tentativas de negação da legitimidade moral do sofrimento e dos indivíduos enquanto sujeito de direitos. Já a segunda, foi estabelecendo redes de acolhimento e, através dos coletivos, conscientização da legitimidade moral das reivindicações desse sujeitos, demandando seu reconhecimento perante a instituição. Foi preciso que fosse feita a publicização dessa deslegitimação sistemática e institucionalmente naturalizada, para que as disputas políticas, em torno de diferentes noções de violência sexual, de abusos contra

os Direitos Humanos, e, conseqüentemente, de vítima, para que viessem gerar contestações, indignações, explicações e negociações entre atores sociais e os setores que possuem o poder de voz dentro de nossa sociedade, como a esfera midiática e a esfera jurídica. Só assim, o até pertinente sofrimento que alunos e alunas foram submetidos no ambiente universitário pôde expor as atrocidades realizadas sob regimes de silenciamento e invisibilização reificados em nome de uma dita “tradição”.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Heloisa Buarque. 2013. “Mídia, sociedade e cultura” in ALMEIDA, H. B. E SZWAKO, José: Local, Global, São Paulo, Ed. Berlendis.
- BOURDIEU, Pierre. 1997. Sobre a televisão. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- BUTLER, Judith. 1998. “Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do pós-modernismo”. Cadernos Pagu n. 11: 11-42.
- _____. 2003. Problemas de Gênero. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. 2004. “Gender Regulations”. In: Butler, Judith. Undoing Gender. New York, London, Routledge.
- _____. 2015. “Rethinking Vulnerability and Resistance” In: BUTLER, J; GAMBETTI, Z; SABSAY, L (org). Vulnerability and Resistance. Durham/London: Duke University Press.
- CARRARA, Sérgio. 2015. “Moralidades, Racionalidades e Políticas Sexuais no Brasil Contemporâneo”. Mana v. 21 n.2: 323-345.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. 2004. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. Mana v. 10 n. 2: 287-322.
- DE LAURETIS, Teresa. 1994. "A Tecnologia do Gênero" in: H. B. Hollanda (org.) Tendências e Impasses - o feminismo como crítica da cultura, Rio de Janeiro, Rocco.
- GEERTZ, Clifford. 2015. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro, Grupo Editorial Nacional.
- HALL, Stuart. 2006. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- HINE, Christine. 2000. Virtual ethnography. California: Sage Publications Ltd.
- HONNETH, Axel. 2003. Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34.
- MACHADO, Lia Zanotta. 1998. “Masculinidade, sexualidade e estupro - as construções da virilidade”. Cadernos Pagu n.11: 231-273.
- MAGNANI, José Guilherme. 2009. “Etnografia como prática e experiência”. Horizontes Antropológicos v.15 n.32: 129-156.
- MILLER, Daniel; SLATER, Don. 2004. “Etnografia on e off-line: cibercafés em Trinidad”. Horizontes Antropológicos v. 10 n. 21: 41-65.
-

RAMOS, Jair de Souza. 2012. Toma que o aborto é teu: a politização do aborto em jornais e na web durante a campanha presidencial de 2010. Rev. Bras. Ciênc. Polít. n. 7: 55-82.

RIFIOTIS, Theophilos. 2007. "Direitos Humanos: Sujeito de Direitos e Direitos dos Sujeitos". In SILVEIRA, R. M. G. et al., Educação em Direitos Humanos: Fundamentos Teórico-Metodológicos. João Pessoa, Editora Universitária.

SARTI, Cynthia. 2011. A vítima como figura contemporânea. Cadernos CRH v. 24 n. 61: 51-61.

NOTAS

1. Esta pesquisa contou com financiamento do PIBIC. Orientado pela Doutora e Pós-doutoranda Carolina Parreiras.
2. Mídia de grande circulação que apresenta uma produção de empresa comercial, apoiada em anunciantes. Seu poder relaciona-se ao seu papel econômico, cultural e comercial e por se estabelecer como parte central da sociedade contemporânea (Almeida 2013).
3. <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=360264>
4. Estadão (11/11/14)
5. Ponte Jornalismo (11/11/14)
6. G1 (12/11/14)
7. Folha de S. Paulo (12/11/14)
8. Huffpost (12/11/14)
9. R7 (12/11/14)
10. R7 (18/11/14)
11. Huffpost (26/11/14)
12. Estadão (14/11/14)
13. G1 (14/11/14)
14. Estadão (14/11/14)
15. Folha de S. Paulo (14/11/14)
16. G1 (12/11/14)
17. Folha de S. Paulo (15/11/14)
18. Huffpost (26/11/14)
19. Fantástico (23/11/14)
20. Folha de S. Paulo (26/11/14)
21. G1 (14/11/14)
22. Folha de S. Paulo (26/11/14)
23. G1 (26/11/14)
24. Folha de S. Paulo (26/11/14)
25. G1 (23/08/14)
26. Huffpost (26/11/14)
27. <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/11/medicina-da-usp-tem-cultura-violenta-e-opressiva-diz-promotora.html>

28. Huffpost (21/01/15)

AUTOR

FELIPE PAES PIVA

Graduando em Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo

E-mail : felipe.piva@usp.br